

**11º ENCONTRO ABCP- DEMOCRACIA E REPRESENTAÇÃO: IMPASSES
CONTEMPORÂNEOS**

Período: 31 de Julho a 03 de Agosto de 2018, Curitiba-Paraná, Brasil.

Área temática: 02 - Comportamento Político

**ALIENAÇÃO ELEITORAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DAS ELEIÇÕES COM CHAPA
ÚNICA AO EXECUTIVO MUNICIPAL EM 2016**

Daiana Ferreira de Macêdo
Mestranda em Ciência Política pela UFPI¹
<http://lattes.cnpq.br/6642594510424767>

¹ Orientador: Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí-UFPI.

Alienação Eleitoral Brasileira: uma análise das eleições com chapa única ao Executivo municipal em 2016

Daiana Ferreira de Macêdo
Mestranda em Ciência Política pela UFPI²
<http://lattes.cnpq.br/6642594510424767>

RESUMO: Alienação eleitoral, fenômeno que compreende a soma dos votos brancos, nulos e abstenções (SANTOS, 1987), tem sido frequente no Brasil desde a redemocratização e apresenta crescimento significativo nos pleitos eleitorais. Esse comportamento é tratado de forma complexa e divergente quanto ao seu significado. Existem autores que o defendem como manifestação de protesto do eleitor conforme Santos (1987) e Borba (2008), ou resultante de dificuldades cognitivas do eleitorado, no caso do voto branco e nulo (NICOLAU, 2004) ou, ainda, decorrente de barreiras ecológicas quanto às abstenções (LIMA JÚNIOR, 1990). Esta pesquisa objetiva analisar a alienação nos municípios brasileiros com candidatura única ao Executivo durante as eleições de 2016. A pergunta que norteia esse trabalho é: como se comporta o eleitor brasileiro quanto à alienação eleitoral no contexto de eleições não competitivas, ou seja, em municípios com apenas um candidato à disputa? A hipótese trabalhada é: municípios com candidatura única apresentam maior taxa de alienação eleitoral se comparado aos demais. Para responder esse questionamento foram analisadas informações do repositório de dados eleitorais do TSE no pleito de 2016. Para tanto, adotou-se como indicadores os votos brancos, nulos e abstenções (VD) e o número de candidatos (VI). As principais conclusões foram: 1) número de candidatos influencia na alienação eleitoral, principalmente nos votos brancos e nulos; 2) esse fenômeno é encontrado em municípios com baixo e médio eleitorado, principalmente em locais com até 5000 eleitores; 3) sistema eleitoral estimula as eleições não competitivas, através das coligações e por adotar a regra de maioria simples.

Palavras-chave: Alienação eleitoral. Eleições. Candidatura única. Comportamento eleitoral.

² Orientador: Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI.

Brazilian Election Alienation: an analysis of the elections with single plaque to the municipal Executive in 2016

ABSTRACT: Electoral alienation, a phenomenon that includes the sum of blank, null and abstention votes (SANTOS, 1987), has been frequent in Brazil since the redemocratization and presents significant growth in electoral lawsuits. This behavior is treated in a complex and divergent manner as to its meaning. There are authors such as Santos (1987) and Borba (2008) who defend it as a manifestation of voter protest; others as a result of cognitive difficulties of the electorate, in the case of blank and null votes (NICOLAU, 2004), or as a result of ecological barriers to abstention (LIMA JÚNIOR, 1990). This research aims to analyze the alienation in Brazilian municipalities with a single candidacy to the Executive during the 2016 elections. The question that guides this work is: how does the Brazilian voter behave regarding electoral alienation in the context of non-competitive elections, that is, in municipalities with only one candidate to the dispute? The hypothesis elaborated is: municipalities with a single candidacy present a higher rate of electoral alienation when compared to the others. In order to answer this question, information from the TSE's Electoral Data Repository was analyzed in 2016. For this purpose, blank, null and abstention votes (VD) and number of candidates (VI) were adopted as indicators. The main conclusions were: 1) number of candidates influences the electoral alienation, mainly in blank and null votes; 2) this phenomenon is found in municipalities with low and medium electorate, especially in places with up to 5000 voters; 3) Electoral system encourages non-competitive elections, through coalitions and to adopt the simple majority rule.

Keywords: Electoral alienation. Elections. Single application. Electoral Behavior.

INTRODUÇÃO

As eleições representam o evento máximo de participação do eleitor na democracia representativa, sua atuação se concretiza por meio do voto, cabendo ao mesmo optar por abster-se, votar em um dos candidatos que se apresentam na disputa ou ainda por invalidá-lo, por meio do voto em branco ou nulo. Esse comportamento eleitoral pode se dar em contextos de eleições competitivas, ou seja, em pleitos onde há pelo menos dois candidatos na disputa. Porém, um fenômeno excepcional tem sido registrado nas disputas ao Executivo municipal brasileiro desde a redemocratização: as eleições municipais, em algumas cidades, têm apresentado apenas um candidato na disputa pelo cargo majoritário e de acordo com a legislação eleitoral vigente somente um voto é suficiente para determinar a vitória do mesmo. Nesse contexto de eleições não competitivas as escolhas eleitorais acabam por não interferir no resultado final, além de tornar restritas as opções do eleitorado.

Diante desse fato, o presente estudo tem como intuito analisar o comportamento eleitoral, quanto à alienação, ou seja, quanto aos votos brancos, nulos e abstenções, nos municípios brasileiros com candidatura única ao Executivo durante o pleito de 2016. Somente em 2012 foram identificados 108 casos de candidatura única ao Executivo e em 2016 foram totalizados 95. Ainda que esses números representem menos de 2% dos municípios brasileiros, é importante trazer essas dinâmicas eleitorais sem disputa para

compreendermos as implicações disso para a própria democracia. Além disso, a questão envolve um importante debate dentro da democracia contemporânea e, por isso, a relevância de entendermos a relação dessas eleições com a participação dos eleitores no pleito em análise.

Procura ainda fazer uma análise descritiva sobre o impacto das variáveis socioeconômicas, ecológicas e políticas para a alienação eleitoral em contexto de eleições sem disputa. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que nesses locais, pode haver um descontentamento por parte do eleitor ao ver seu poder de escolha limitado, e este descontentamento, pode gerar um aumento na taxa de abstenção (mesmo o voto sendo de caráter obrigatório), ou ainda, ampliar o número de votos brancos e nulos.

Segundo a literatura, o comportamento eleitoral pode ser motivado por variáveis do tipo socioeconômicas, ecológicas, atitudinais, baseadas num cálculo custo-benefício ou, ainda, por influência das regras institucionais. Com o intuito de identificar tal impacto, foram adotados como principais variáveis de análise: o número de candidatos à disputa (VI) e a alienação eleitoral (VD), representada pelas taxas de abstenção, de um lado, e taxa de votos brancos e nulos de outro; foram analisadas variáveis de caráter socioeconômico tais como o PIB per capita e o IDHM, além de variáveis ecológicas como a taxa de urbanização e extensão territorial dos municípios em análise.

Visando atingir esses objetivos, o presente artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: além desta, o mesmo está dividido em sete seções, sendo as quatro primeiras de caráter teórico; a quinta trata dos métodos e procedimentos de coleta de dados; a sexta e sétima faz uma análise descritiva dos dados referentes ao pleito eleitoral estudado bem como os resultados dos testes realizados. Ao final são apresentadas as principais conclusões encontradas com tal estudo.

1. Comportamento eleitoral: a escolha do eleitor sob o olhar das teorias comportamentais

Compreender como o eleitor age no processo de escolha dos representantes segundo Magalhães (2001) tem sido uma preocupação constante dos estudiosos do comportamento eleitoral bem como da opinião pública, especialmente quando se trata do declínio na participação eleitoral e, conseqüentemente, do aumento das abstenções que vem ocorrendo desde a década de 90 tanto nas democracias consolidadas (países da Europa) quanto naquelas que estão em processo de consolidação, ou seja, em democracias recentes (América Latina).

Quando o assunto diz respeito ao comportamento do eleitor existe um consenso entre os estudiosos de que as últimas décadas têm sido marcadas pelo decréscimo da

participação nas democracias representativas aumentando com isso o número de abstenções, votos brancos e nulos, e, em grande parte, essa queda tem sido relacionada de acordo com Costa (2006) à crise partidária ou de representação política.

A análise do comportamento eleitoral baseada em observações empíricas de acordo com Costa (2006) desenvolveu-se de forma expressiva na segunda metade do século XX passando a utilizar nesses estudos técnicas estatísticas refinadas com destaque para as Universidades de Colúmbia e Michigan nos EUA. Na perspectiva de compreender a atuação do eleitor durante o processo eleitoral existem, conforme Costa (2006) e Cavalcante (2015), pelo menos três abordagens que buscam trabalhar essa temática: o Modelo de Colúmbia também chamada de Corrente Sociológica; o modelo de Michigan ou Corrente Psicológica e a Teoria da Escolha Racional-TER. Figueiredo (1991) ao tentar compreender os motivos que levam o eleitor a optar por participar das eleições mesmo sabendo que seu voto tem valor ínfimo no cômputo geral e pouco interfere no resultado final afirmou que existem basicamente quatro grandes linhas de pesquisa:

1. **Teoria psicológica** de explicação do comportamento político, difundida na literatura como “modelo Michigan”, em alusão ao grupo de pesquisadores da Universidade de Michigan que desenvolveu esse modelo;
2. Modelo de explicação histórico-contextual, que se desdobra em **teorias sociológicas e economicistas**, com matizes epistemológicos variados, que muitas vezes competem entre si;
3. **Teoria da escolha racional**, que tem por base o modelo Downsiano, em alusão ao seu criador, Anthony Downs;
4. Uma linha (residual) de investigação que pode ser chamada de **modelo demográfico-descritivo** do comportamento político. (FIGUEIREDO, 1991, p.12-13).

Cada uma dessas perspectivas procura, ao utilizar diferentes concepções, compreender como o eleitor age nas democracias representativas, bem como os fatores que influenciam em suas ações durante esse processo. De acordo com Costa (2006), a Corrente Sociológica, liderada por Lazarsfeld, parte do pressuposto de que só é possível entender o comportamento eleitoral partindo da análise do seu contexto social. Nesse sentido, as ações individuais seriam decorrentes da integração social e por isso as análises dos pesquisadores focam nos fatores socioeconômicos e em que medida eles influenciam na decisão eleitoral.

Para Costa (2006), o Modelo de Michigan que teve como líder Campbell, procura estudar as ações eleitorais por meio da ênfase na dimensão psicológica e no privilégio à formação de identidades subjetivas do indivíduo. Para isso, os estudiosos focam suas análises no indivíduo em si e procuram verificar como a opinião das pessoas sobre os partidos, candidatos, bem como os assuntos políticos influenciam na decisão de voto.

Antony Downs (1999), baseado no contexto de desenvolvimento econômico, desenvolveu a Teoria da Escolha Racional, nela o autor parte do pressuposto de que o eleitor age de forma racional e tende a tomar decisões baseadas num cálculo de custo e benefício, ou seja, se os custos para votar superarem os benefícios, o mesmo tende a abster-se, caso contrário, se o ato de escolher determinado candidato ou partido trouxerem mais benefícios que custos o mesmo tende a optar pelo voto.

Percebe-se que de acordo com os trabalhos desses estudiosos, que o comportamento do eleitor, bem como o fato de o mesmo optar pela participação ou não do processo eleitoral e a decisão de em quem depositar seu voto, trata-se de um fenômeno complexo no qual estão envolvidos fatores de natureza diversa sejam eles a nível individual ou coletivo e, segundo Costa (2006), esse comportamento não pode ser explicado somente por uma ou outra corrente do pensamento, pois os fenômenos humanos tendem a ser motivados por fatores diversos sejam eles de ordem socioeconômica, atitudinal, ou até mesmo de integração social.

2 Participação eleitoral versus alienação: uma análise da literatura internacional

A democracia representativa caracteriza-se pela presença de eleições regulares nas quais ocorrem a escolha dos representantes políticos e cabendo ao eleitor a decisão de participar, por meio do voto, ou, ainda, optar por abster-se, podendo, neste último caso, sofrer algumas sanções em locais onde o voto é de caráter obrigatório. A escolha desses representantes, por parte do eleitorado, torna legítimo esse processo e contribui para a consolidação do regime. Porém, as últimas décadas têm sido marcadas pelo decréscimo na participação eleitoral tanto nos países com regimes democráticos estáveis quanto em países de democracia recente surgidas pós-Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Blais et al (2004) ao analisarem as taxas de comparecimento durante as eleições canadenses no período entre 1968 e 2000, tentaram identificar a relação existente entre as variáveis sóciodemográficas e o declínio da participação nesse país. Visando atingir tal objetivo, os autores testaram os possíveis efeitos do período eleitoral, do ciclo de vida e da mudança geracional para a redução dessas taxas. Conforme os achados, eles identificaram que há um pequeno impacto do período eleitoral na participação dos cidadãos em todos os grupos pesquisados, ou seja, essa variável diminuiu a propensão para votar em aproximadamente três pontos percentuais. Quanto ao ciclo de vida, os mesmos perceberam que ele pode causar efeitos substanciais no comparecimento, além disso, há um aumento nas taxas de participação em cerca de 15 pontos percentuais quando as pessoas se encontram na faixa etária entre 20 e 50 anos e esse índice vai reduzindo

ligeiramente após os 70 anos de idade. Para Blais et al (2004), este último fator não explica a recente queda do comparecimento eleitoral no Canadá e a principal razão do declínio do comparecimento no país em análise tem sido a mudança geracional, ou seja, as gerações mais recentes são menos propícias a votar em um bom partido, pois prestam menos atenção aos assuntos relativos à política e são menos propensos a aderirem à norma de que votar trata-se de um dever moral.

Ainda quanto à diminuição do comparecimento às urnas, Pedersen, Dassonneville & Hooghe (2014) afirmam que esse comparecimento eleitoral não depende apenas de características individuais mais também da avaliação que o eleitor tem do sistema partidário, e, nesse sentido, é necessário levar em consideração a importância do multipartidarismo e do contexto político nas diferentes democracias, pois a maior parte dos estudos relativos a essa temática tem se restringido à realidade estadunidense. Para eles, a indiferença e a alienação são fatores que impactam negativamente à participação, pois diminuem a probabilidade de o eleitor votar, sendo que esta tem um impacto maior do que a indiferença.

Segundo os autores a indiferença ocorre quando o eleitor não tem uma preferência partidária clara e percebe pouca ou nenhuma diferença entre os partidos ou candidatos na disputa. Já a alienação, tem um impacto ainda maior na participação, pois ocorre quando eleitor tem uma avaliação negativa de todos os partidos ou candidatos e do próprio sistema partidário, o que contribui para que o mesmo opte por não participar do processo decisório de escolha dos representantes.

Pedersen, Dassonneville & Hooghe (2014) identificaram que em sistemas multipartidários, ou seja, quando o eleitor tem mais opções durante a disputa ele tende a identificar diferenças entre os partidos e isso consequentemente, pode incentivar o aumento do índice de participação. Os mesmos, reafirmando e complementando os achados de Blais et al (2004), identificaram que a educação, o interesse político, a ideologia partidária, as características institucionais e contextuais influenciam no comportamento eleitoral e consequentemente nas taxas de participação eleitoral.

Quanto ao fenômeno da alienação, conforme visto acima, o mesmo tem impactado na participação eleitoral, Victorino et al (2017) ao analisar a relação entre as condições socioeconômicas e a alienação eleitoral (que, segundo os autores, compreende a abstenção, votos brancos e nulos) nas eleições presidenciais das províncias de Moçambique em 2009 conseguiu identificar uma forte relação entre algumas das variáveis demográficas/socioeconômicas e o aumento da alienação. Para os mesmos, esse fenômeno tem vários motivos e devendo por isso desagregar-se a abstenção por um lado e votos brancos e nulos por outro.

No tocante ao comparecimento eleitoral, Roussias (2012) diz que o fato de eleitor comparecer às urnas para votar tem certa ligação com as eleições pré-democráticas e a

evolução do sistema partidário, pois, esse fenômeno cria um hábito de participação durante as primeiras experiências eleitorais independente do regime eleitoral anterior à democracia do tipo representativa. De acordo com seus estudos, como esse hábito independe do tipo de regime em que ocorreram estas eleições, a participação em países marcados pelas histórias eleitorais acaba sendo condicionada pela taxa de participação pré-democrática.

Roussias (2012) assinala que a participação nas novas democracias vai diminuindo com o passar do tempo por meio de dois mecanismos distintos: o primeiro, chamado de normalização da política onde ocorre um alto sentimento associado ao comparecimento e que se dissipa rapidamente e o segundo mecanismo, é marcado pela falta de entusiasmo que ocorre após o estágio inicial da democracia e em decorrência da evolução do sistema partidário. Essa evolução do sistema promove uma redução no número de partidos na disputa o que contribui para o aumento da abstenção de eleitores que apresentam fortes preferências políticas.

Magalhães (2001) ao estudar o fenômeno da abstenção eleitoral, ou não participação, nas eleições legislativas de Portugal afirma que a análise dessa atitude eleitoral pode ser explicada por meio de três fatores: o fator recursos; o grau de integração social e as atitudes e valores relacionados aos assuntos políticos. Para o autor quanto mais recursos o indivíduo possuir maior é sua tendência a não abster-se. Em virtude disso, a desigualdade na distribuição de recursos acaba tendo uma influência considerável no nível de abstenção, na medida em que passa a ser veiculado às atitudes políticas que podem ser mais ou menos favoráveis à participação. Quanto ao grau de integração social, Magalhães (2001) afirma que quanto maior a integração social maior é a participação eleitoral. Quanto ao último fator que influencia principalmente na abstenção, têm-se as atitudes e valores políticos dos indivíduos, no qual sua análise é focada em fatores de caráter mais individual, tais como: crenças, valores, identificação partidária, confiança nas instituições bem como o interesse por política.

Conforme visto na discussão acima, percebe-se que o fenômeno da redução nos índices de participação eleitoral não é restrito apenas aos países de democracias consolidadas, está presente também nas democracias recentes, mais trata-se de uma tendência geral em ambas, além disso, tal comportamento tem múltiplas fontes causais sendo elas de âmbito individual ou de caráter coletivo e social.

3 Alienação eleitoral no Brasil: um olhar para o comportamento do eleitor sob diferentes abordagens

As eleições, mecanismo formal de participação do eleitor e, ao mesmo tempo, “elemento central da democracia representativa” tem sido segundo Silva et al (2014, p. 65)

um tema amplamente estudado por vários cientistas a fim de melhor compreender como se dá essa relação entre o “eleitorado e o sistema político”. Apesar da diversidade de estudos relacionados ao comportamento eleitoral brasileiro, em especial, após a redemocratização, os autores afirmam que são escassos àqueles que buscam compreender de forma aprofundada o fenômeno dos votos brancos, nulos e abstenções, que na concepção de Santos (1987) podem ser traduzidos pela expressão alienação eleitoral.

A alienação eleitoral tem sido vista pela literatura de forma secundária e apresentado uma complexidade quando ao seu significado. Diante disso, analisar o comportamento do eleitor sob o ponto de vista da não participação (abstenção) ou por meio dos votos brancos e nulos têm apresentado divergências quanto aos seus aspectos motivacionais. Para Silva et al (2014), há autores como Santos (1987) e Borba (2008) que veem os votos brancos, nulos e abstenções como forma de protesto por parte do eleitorado, em decorrência do seu descontentamento com o sistema político vigente e como consequência disso, o mesmo tem optado pelo voto inválido ou pela não participação; já outros autores, como Nicolau (2004), afirmam que essa forma de participação, em especial quanto aos votos nulos e brancos, deve-se às dificuldades cognitivas do eleitor em operar a urna eletrônica ou cédula eleitoral, ou ainda, pode ser causado por barreiras do tipo ecológicas (quando relacionadas à abstenção) ou a barreiras sociais, quando relacionadas aos votos brancos e nulos (LIMA JÚNIOR, 1990).

Para Santos (1987), um dos precursores no estudo sobre a alienação eleitoral, a mesma trata-se de um fenômeno homogêneo quanto aos aspectos motivacionais sendo composta pela soma da abstenção, dos votos brancos e nulos. Segundo ele, os eleitores racionais quando identificam que há incerteza quanto ao significado efetivo do processo eleitoral, tendem a esperar um menor retorno do voto e por isso apresentam um certo descontentamento através da elevação das taxas de alienação eleitoral. Nesse sentido, esse tipo comportamento acaba sendo visto pelo autor como uma forma de protesto diante da incerteza política ali presente.

Ainda sob esta perspectiva, Lima Júnior (1990), ao analisar a alienação eleitoral, questiona a teoria proposta por Santos (1987) o qual afirma que os motivos que levam o eleitor abster-se são os mesmos que o levam a votar em branco e nulo. Lima Júnior (1990), apesar de considerar esse fenômeno como resultante da soma dessas três variáveis, discorda de Santos (1987) quanto aos seus aspectos motivacionais. Para ele, existem fatores de natureza ecológica e social que exercem influência no comportamento eleitoral. Nesse sentido, o autor sugere que a alienação deve ser decomposta de duas formas: de um lado a abstenção e de outro os votos brancos e nulos, pois os motivos que levam o eleitor a não votar são em geral de natureza ecológica, como a extensão do território ou o grau de

urbanização, enquanto que os votos brancos e nulos são geralmente motivados pelo grau de escolarização ou até mesmo pela extensão territorial.

Costa (2006) parte da ideia de que esse fenômeno abrange o índice de abstenção, número de votos brancos e de votos nulos e ao analisar as eleições presidenciais brasileiras de 1989 a 2002 percebeu que a mesma é bastante complexa e concordando com Lima Júnior (1990), afirmou que no Brasil há fatores de ordem ecológica que influenciam na abstenção e fatores de caráter socioeconômicos que motivam o voto em branco e nulo.

Borba (2008), estudando a alienação eleitoral, buscou identificar como as bases sociais e atitudinais influenciam esse fenômeno no Brasil. Para ele, a alienação trata-se de um fenômeno que tem múltiplas causas, sendo frequentemente estudado por vários autores que tentam explicá-lo partindo de pressupostos de racionalidade do eleitor ou do pressuposto da racionalidade contextual.

Silva et al (2014) buscaram entender o significado dos votos brancos e nulos nas eleições brasileiras, que segundo a literatura pode ser motivado pelo descontentamento ou pela baixa cognição do eleitor. As principais conclusões identificadas pelos mesmos foram de que o sexo do indivíduo não é significativo para predição de votos brancos e nulos; já a idade tem um impacto negativo sobre os mesmos, pois quanto mais velho o indivíduo, menor é a probabilidade do mesmo optar pelo voto não nominal. Segundo os autores, a tese defendida por Nicolau (2003; 2004) quanto à relação entre a baixa sofisticação política e o fenômeno dos votos brancos e nulos não pôde ser comprovada para o caso brasileiro e que tais votos são resultados do descontentamento do eleitor com o funcionamento da democracia, com o processo eleitoral e com a economia sendo, portanto uma expressão de protesto e indo assim, de encontro à tese defendida por Santos (1987).

Nicolau (2004) ao estudar a participação eleitoral no Brasil, destaca duas dimensões: a primeira, manifesta sob a forma de comparecimento às urnas no qual o eleitor opta por algum partido ou candidato à sua disposição; e a segunda refere-se àqueles que comparecem às urnas, mas optam por votar em branco ou nulo, modalidades estas consideradas inválidas na legislação brasileira vigente. Para Nicolau (2004), a abstenção não deve ser vista somente como forma de protesto contra o sistema político, pois a própria legislação brasileira reconhece as ausências justificadas e é alto o índice de justificativas no país. Quanto aos votos brancos e nulos, o autor, verificou o impacto da introdução da urna eletrônica nos mesmos, constatando que, em grande parte, os altos índices de votos inválidos não é, exclusivamente, “resultado de protesto contra o sistema político (ou do voto obrigatório), mas resultado de uma combinação perversa entre cidadãos com baixíssima escolaridade e uma cédula eleitoral que estava entre as mais complexas do mundo.” (NICOLAU, 2004, p. 20).

4 Eleições sem disputa: um estudo sobre os municípios com candidatura única

Somado ao problema da alienação eleitoral, que pode indicar o baixo envolvimento do cidadão com o processo de escolha dos representantes políticos, um fenômeno possível nos regimes democráticos é a existência de eleições sem disputa, ou seja, de candidatura única. Se as eleições são centrais para a própria democracia, esta deve, em tese, ser bastante inclusiva e competitiva. Sem esses elementos, aumenta-se a probabilidade de que os cargos políticos sejam ocupados por poucos grupos que possuem mais capacidade de se organizar eleitoralmente.

As candidaturas únicas vêm sendo presente em alguns municípios brasileiros durante as eleições para o cargo de prefeito e a literatura, apesar de vasta em relação às eleições, partidos, coligações e até mesmo quanto ao comportamento eleitoral brasileiro, apresenta uma enorme lacuna quando o assunto está ligado às candidaturas únicas, especialmente quando se trata do impacto desse fenômeno na alienação eleitoral. Dentre os poucos trabalhos encontrados sobre o fenômeno das candidaturas únicas ao Executivo municipal brasileiro destacam-se os trabalhos de Damin (2012) e de Rebello, Damin e Martins (2015), sendo os mesmos bastante restritos quanto ao seu universo de análise.

Rebello, Damin e Martins (2015) apesar de analisarem o impacto do fenômeno para a alienação eleitoral em todos os municípios do Brasil, acabam restringindo sua pesquisa somente ao pleito de 2012 e procuram fazer apenas uma análise descritiva dos dados obtidos. Damin (2012) ao tentar fazer um estudo mais aprofundado sobre o fenômeno da candidatura única e seu impacto na participação eleitoral restringe ainda mais sua pesquisa, na medida em que foca sua pesquisa a apenas um determinado estado, no caso, analisa os 30 municípios do Rio Grande do Sul.

Ambos os trabalhos procuram compreender esse fenômeno sob a ótica das teorias democráticas, em especial, focando na definição proposta por Przeworski (1984) e Dahl (2012), que colocam como ponto central da democracia a existência de eleições competitivas e que se caracterizam pelo princípio da incerteza dos resultados. Além disso, os mesmos procuram traçar o perfil dos municípios e candidatos em tais locais bem como procuram verificar o impacto que isso pode ter na alienação eleitoral, ou seja, no número de abstenções, votos brancos e nulos.

Damin (2012) conseguiu identificar que os 30 municípios com candidatura única possuem como características principais o fato de terem pequena extensão, possuem poucos eleitores, baixos orçamentos, os candidatos tem mais de 40 anos, são homens, possuem larga carreira política, escolaridade mediana e pertencem aos partidos PMDB, PDT ou PP. Além disso, o mesmo percebeu que esse fenômeno sofre oposição de parte

significativa do eleitorado manifestando esse sentimento por meio dos votos brancos e nulos.

Rebello, Damin e Martins (2015), ao estudar as eleições não competitivas no Brasil no ano de 2012, chegaram a conclusões semelhantes à de Damin (2012) reafirmando que o fato de as eleições não serem competitivas tem impactado nos votos brancos e nulos, o que pode ser um sinal de protesto por parte do eleitor contra as decisões da elite partidária ao tentar excluir o caráter competitivo das eleições majoritárias.

É nesse sentido que esta pesquisa visa se centrar, conjuntamente, nesses dois aspectos tão relevantes para a compreensão dos regimes democráticos, em específico, do brasileiro: a alienação eleitoral em municípios de candidaturas únicas.

5 Métodos utilizados e coleta de dados

Com intuito de compreender o comportamento eleitoral brasileiro, especificamente o fenômeno da alienação eleitoral no contexto de eleições não competitivas, ou seja, em municípios brasileiros que desafiaram os princípios básicos da democracia tais como o princípio da competição e da incerteza, o presente estudo analisou a possível relação entre o número de votos brancos, nulos e abstenções e o número de candidatos ao cargo Executivo municipal. Parte-se do pressuposto de que em municípios que apresentaram apenas um candidato à disputa para o cargo de prefeito nas eleições de 2016 tiveram uma maior taxa de alienação.

Para verificar esse impacto, foram coletados dados presentes nos sites oficiais do IBGE, TSE e no Portal Meu Município. Os dados eleitorais foram obtidos no Repositório de Dados Eleitorais do TSE, no qual foram colhidas informações referentes às eleições de 2016 que dizem respeito às variáveis eleitorais básicas: eleitorado apto, taxa de abstenção, de comparecimento, número de votos brancos e nulos, número de candidatos, partidos envolvidos nas disputas dentre outras. Essas informações foram inseridas numa planilha do Excel para posterior trabalho e cruzamento entre as variáveis analisadas. Quanto as variáveis socioeconômicas e geográficas, foram coletadas informações como a região e os estados onde se apresentam esse fenômeno, além do IDHM e o grau de urbanização dessas localidades.

De posse dos dados do repositório, inicialmente, foram excluídos todos os dados referentes ao 2º turno nas eleições majoritárias de 2016, em virtude do objeto de estudo serem os municípios que apresentaram apenas um candidato à disputa e, consequentemente, não possuem segundo turno. O Brasil possui atualmente 5570 municípios distribuídos em 26 estados e um Distrito Federal, estes por sua vez, encontram-se divididos em cinco regiões geográficas: região Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-

Oeste. De acordo com os dados do repositório, foram encontradas informações relativas às eleições de 2016 de 5568 municípios, destes 95 apresentaram apenas um candidato à disputa pelo cargo majoritário, embora represente uma pequena porcentagem (menos de 2%) em relação ao total de cidades, esse fenômeno típico da realidade brasileira, deve ser estudado de forma aprofundada tanto pela excepcionalidade do mesmo quanto pela necessidade de se compreender os possíveis impactos disso para a democracia e para o comportamento eleitoral.

O Brasil apresenta vários municípios com mais de uma zona eleitoral e diante desse fato, foram necessárias à soma de destes dados nos locais que apresentaram mais de uma zona a fim de adquirir um único valor referente a cada município analisado. De posse desses dados, foram feitos Testes de Correlação e o teste “t *Student*” a fim de verificar a possível relação entre as variáveis analisadas. Em virtude deste estudo focar apenas no cargo de prefeito, foram excluídas informações referentes ao cargo de vereador, a única exceção foram os quatro municípios localizados no estado de Roraima (Bonfim, Iracema, Normandina e Uiramutã) os quais não foram encontrados informações relativas ao cargo de prefeito. Nestes quatro casos foram usadas informações relativas ao cargo de vereador (eleitorado apto, comparecimento, número de votos brancos e nulos, votos de legenda dentre outros.).

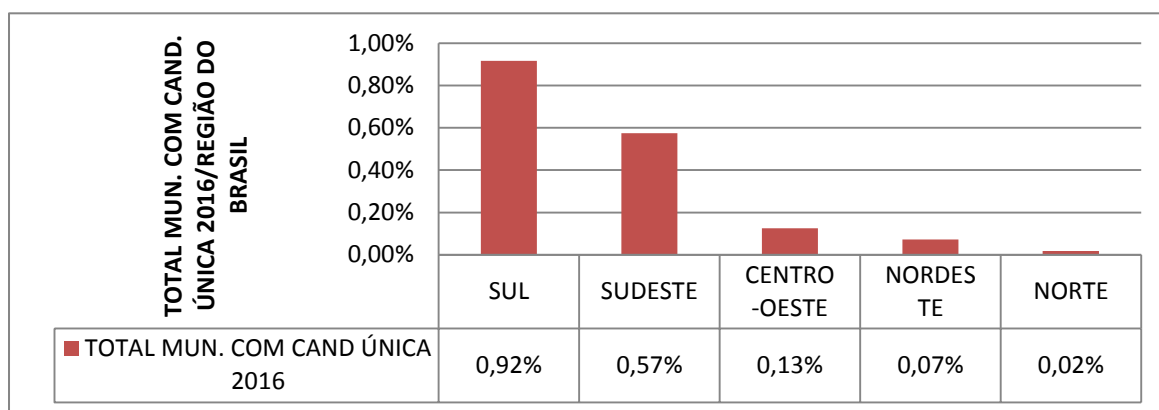
Durante o ano de 2012 foram identificados 108 casos de eleições com chapa única e em 2016 foram totalizados 95. O critério usado para escolher tais cidades foi: municípios que com apenas um candidato no início da Campanha eleitoral. Em decorrência disso, foram excluídos três municípios (Sambaíba- MA, Viradouro-SP e Lucrécia-RN) que apesar do candidato vitorioso ter apresentado 100% dos votos válidos, havia 2 candidatos no início da disputa, sendo um deles, eliminado durante a campanha por motivo de renúncia ou indeferimento da candidatura. Depois de selecionados os casos de candidatura única, fez-se uma análise comparativa entre os municípios que apresentaram esse fenômeno e aqueles que possuíam mais de um candidato a prefeito em 2016, com o intuito de verificar o impacto entre os fatores eleitorais básicos relativos à alienação, ou seja, votos brancos e nulos de um lado e abstenção (variável dependente) e o número de candidatos (variável independente). Além disso, foram coletadas informações referentes aos anos de 2008 e 2012 em tais municípios de eleições não competitivas a fim de verificar ou não a variação comportamental do eleitor nestas cidades analisadas.

6 Dados geográficos, políticos e socioeconômicos dos municípios que apresentaram candidatura única em 2016

No pleito eleitoral de 2016 foram identificados 95 casos de candidatura única ao Executivo municipal. Quanto à distribuição do fenômeno pelos estados brasileiros, percebe-se uma nítida concentração do mesmo nos estados do Rio Grande do Sul (32 casos), Minas Gerais (16), São Paulo (16) e Paraná (14), os demais estados apresentaram casos em menor proporção (Santa Catarina- 5, Goiás-4, Mato Grosso-2, Paraíba-2, Mato Grosso do Sul-1, Tocantins-1, Ceará-1 e Piauí-1).

Quanto à sua distribuição pelas regiões do Brasil, percebeu-se que as eleições não competitivas têm maior presença nas regiões sul e sudeste do país. Sendo encontrados os seguintes resultados: o Sul contou com 51(0,92%) casos de candidatura única, o Sudeste com 32(0,57%), o Centro-Oeste apresentou apenas 7 (0,13%), o Nordeste ficou com 4(0,07%) e o Norte apresentou em 2016 apenas 1(0,02%) caso de cidade com apenas um candidato à disputa pelo cargo Executivo conforme mostra o gráfico 1 em termos percentuais:

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO, EM TERMOS PERCENTUAIS, DOS MUNICÍPIOS DO BRASIL COM CANDIDATURA ÚNICA EM 2016 POR REGIÃO



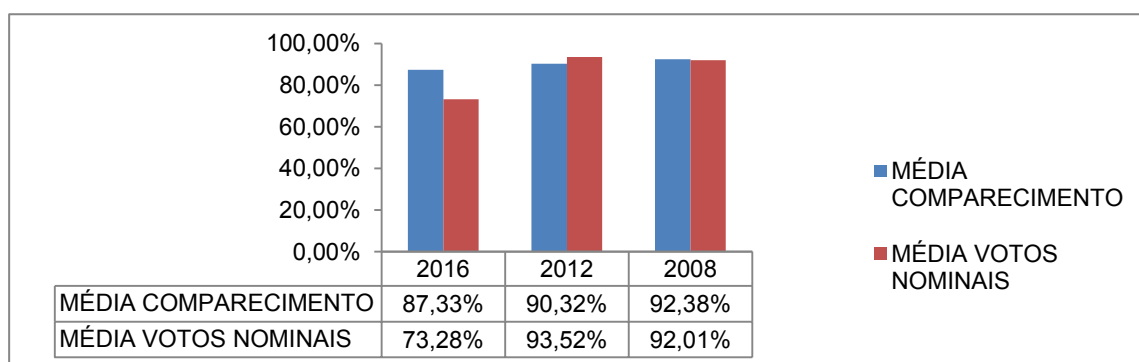
Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados do Repositório de Dados Eleitorais do TSE, 2018. N=95 (total de municípios com candidatura única, que em termos percentuais, equivale a 1,71% dos municípios brasileiros). O Brasil conta com 5570 municípios, porém só foram encontradas informações no repositório do TSE de apenas 5568, por isso optou-se por trabalhar com o valor encontrado no TSE (5568 mun.), ou seja, todos os cálculos foram feitos com base neste valor.

Ao todo catorze (14) siglas partidárias foram responsáveis por esse fenômeno em alguns locais do Brasil no pleito de 2016 e sua distribuição pelas siglas partidárias se deu da seguinte maneira: PSDB (13 cidades); PMDB (19); DEM (4); PR (4); PSD (6); PTB (3); PT

(1); PDT (7); PSB (10); PP (19); PEN (1); PPS (3); PV (4) e PRB (1). Percebeu-se uma nítida predominância de partidos como o PSDB, o PMDB, o PP e o PSB. Ainda em relação aos partidos e a formação de coligações, nos municípios com chapa única, a maioria dos candidatos fez uso de coligação partidária a fim de angariar um maior número de votos e principalmente, com o intuito de eliminar a existência de concorrentes nessa disputa. Em 2016, dos 95 casos, 93 candidatos concorreram fazendo uso da estratégia de coligação, enquanto apenas 2 disputaram com partido isolado. A média de partidos por coligação nesses locais foi de 6,92. Verifica-se com isso a importância dessa estratégia política não apenas para angariar mais votos, mais também para evitar a existência de concorrentes.

Quanto às variáveis políticas relacionadas à participação eleitoral, tais como taxa de comparecimento, de votos válidos ou nominais, de abstenção e votos inválidos (brancos e nulos) obtiveram-se os seguintes resultados em 2016. A média de comparecimento, calculada tomando como base a relação entre o número de eleitores aptos e o total de comparecimento foi de 92,38% em 2008; 90,32% em 2012 e 87,33% em 2016. Percebeu-se uma variação dessa taxa, sendo menor no ano em que houve candidatura única (2016). Quanto aos votos nominais ou válidos houve uma queda em 2016 (73,28%) se comparada aos pleitos anteriores como de 2012 (93,52%) e de 2008 (92,01%) ano em que houve apenas um candidato à disputa, o que pode ter sido provocado pelo descontentamento do eleitor diante desse contexto. O gráfico 2 mostra esse dado logo abaixo:

GRÁFICO 2- MÉDIA DE COMPARECIMENTO ELEITORAL DOS MUNICÍPIOS DO BRASIL COM CANDIDATURA ÚNICA NO PLEITO DE 2016

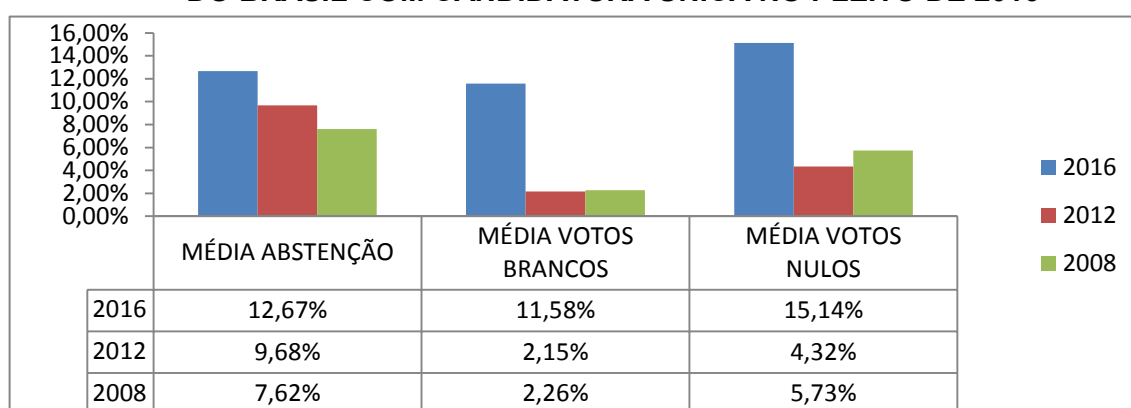


Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados do Repositório de Dados Eleitorais do TSE, 2018. N= 95 (Total de municípios com candidatura única em 2016. Para efeitos de cálculos, pegou-se a média de comparecimento nos anos de 2016, 2012 e 2008 dos 95 municípios analisados em 2016).

Em relação à média na taxa de abstenção, a mesma foi obtida levando-se em consideração apenas o eleitorado apto no pleito de 2016 dos 95 municípios em análise. Os resultados encontrados foram: 7,62% de abstenção em 2008; 9,68% em 2012 e 12,67% em 2016. Observa-se que o índice de não participação teve um leve aumento no ano de 2016, pleito em que houve apenas um candidato à disputa. Quanto às outras duas variáveis, ou

seja, votos brancos e nulos, que ao serem somadas com a taxa de abstenção compõem o fenômeno da alienação eleitoral, os resultados apresentados no pleito de 2016 nos 95 municípios em estudados foram: em 2008 a média de brancos foi de 2,26%; em 2012 foi de 2,15% e em 2016 foi de 11,58%. Quanto aos votos nulos a média foi: 5,73% em 2008; 4,32% em 2012 e 15,14% em 2016. Verifica-se uma grande variação desses índices no pleito de 2016 nos locais que apresentaram apenas um candidato nas eleições para o Executivo. O gráfico 3 mostra como se deu essa distribuição de votos brancos, nulos e abstenções nos 95 municípios pesquisados em 2016 ao longo de três pleitos eleitorais:

GRÁFICO 3 - MÉDIA DE ABSTENÇÃO, VOTOS BRANCOS E NULOS DOS MUNICÍPIOS DO BRASIL COM CANDIDATURA ÚNICA NO PLEITO DE 2016



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados do Repositório de Dados Eleitorais do TSE, 2018. N=95 (Nº de municípios de candidatura única em um total de 5568 municípios brasileiros).

O perfil socioeconômico dessas cidades onde apenas um candidato disputou o cargo de prefeito em 2016 foram, na maioria dos casos, municípios com baixo quantitativo eleitoral (em geral até 5000 eleitores); quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano do Município- IDHM (ano 2010), que varia de 0 a 1 e leva em consideração critérios como renda, educação e longevidade, os municípios se encontram com IDHM entre médio (0,5 a menos 0,7) e alto (0,7 a 1). Das 95 cidades, 35 apresentaram médio IDHM e as demais (60) ficaram com IDHM alto. Quanto à distribuição da população pelo grau de urbanização, percebeu-se que dos 95 casos pesquisados, 55 (57,89%) deles possuem grau de urbanização superior a 50% e 33 (34,73%) cidades possuem menos de 50% da população residindo na zona urbana. Não foram encontradas informações de 7 (7,36%) cidades objeto desse estudo.

7. Análise e discussão dos dados após realização de testes

Com intuito de melhor compreender os possíveis impactos da alienação eleitoral nos municípios brasileiros de candidatura única ao Executivo em 2016, utilizou-se dois testes: o “t de *Student*” e o Teste de Correlação. Para tais testes foram levados em consideração os 5568 municípios brasileiros que apresentaram dados relativos ao comportamento eleitoral no Repositório de Dados Eleitorais do TSE. Os dados foram agrupados numa planilha Excel para posterior análise. Os testes feitos levaram em consideração os municípios que apresentaram apenas 1 candidato na disputa (candidatura única) e aqueles que apresentaram 2 ou mais, na medida em que o passo para se chegar de 1 candidato para 2 é infinitamente maior que o passo de 2 para 3 ou mais.

Inicialmente foi aplicado um teste “t de *Student*” para municípios com um ou mais candidatos. Para eleições com “1” candidato, atribuiu-se a categoria “0”, o que deu 95 casos (tabela 1). O número “1” é para as disputas com mais de 1, ou seja, “2, 3, 4 e mais candidatos”. Observa-se que a média de abstenções entre os dois casos é bastante parecida 13% e 14%, mas de brancos e nulos bem diferentes (12% de brancos para municípios com 1 candidato e 2% para aqueles com mais candidatos) e o mesmo acontece com nulos (15% versus 6%). No entanto, isso não é suficiente para afirmar que as médias são diferentes, porque o N é diferente para os dois grupos. O resultado do teste indica que podemos afirmar que as médias de brancos e nulos nos dois casos de municípios analisados de fato são diferentes, enquanto que não podemos aceitar isso quanto à abstenção. Isso pôde ser lido a partir da significância. Em nulos e brancos o p-valor é menor do que 0,05. Os dados do teste t podem ser observados nas tabelas 1 e 2 abaixo:

TABELA 1: TESTE T DE STUDENT- GROUP STATISTICS ENVOLVENDO AS VARIÁVEIS DE ABSTENÇÃO, VOTOS BRANCOS E VOTOS NULOS

Group Statistics*					
	VAR006	N	Média	Desvio padrão	S.E. Mean
Abstenções	0	95	13%	,06	,01
	1	5473	14%	,06	,00
Branco	0	95	12%	,07	,01
	1	5473	2%	,02	,00
Nulos	0	95	15%	,07	,01
	1	5473	6%	,08	,00

*Test t de Student.

TABELA 2: TESTE DE LEVENE E TESTE T - ENVOLVENDO AS VARIÁVEIS DE ABSTENÇÃO, VOTOS BRANCOS E VOTOS NULOS

Teste de Amostras Independentes*										
		Teste de Levene para Igualdade de Variâncias		teste t para Igualdade de Médias						
									95% Confidence Interval of the Difference	
		<i>F</i>	<i>Sig.</i>	<i>t</i>	<i>df</i>	<i>Sig. (2-tailed)</i>	<i>Mean Difference</i>	<i>Std. Error Difference</i>	<i>Lower</i>	<i>Upper</i>
Abstenção	Equal variances assumed	,00	,997	-2,74	5566,00	,006	-,02	,01	-,03	,00
	Equal variances not assumed			-2,82	97,48	,006	-,02	,01	-,03	,00
Brancos	Equal variances assumed	665,90	,000	49,96	5566,00	,000	,10	,00	,10	,10
	Equal variances not assumed			13,98	94,20	,000	,10	,01	,08	,11
Nulos	Equal variances assumed	6,72	,010	10,71	5566,00	,000	,09	,01	,07	,11
	Equal variances not assumed			12,20	98,32	,000	,09	,01	,08	,10

*Test t de Student.

Quando ao teste de correlação, realizado com o intuito de verificar a existência de associação ou não entre as variáveis relacionadas à alienação (votos brancos, nulos e abstenção) nas eleições de 2016, podemos ver que as correlações entre as variáveis analisadas são significantes ($p < 0,005$), mas elas são correlações fracas, ou seja, não podemos dizer que os votos nulos e brancos correlacionam entre si, nem que os votos brancos e nulos correlacionam com as abstenções. Os dados obtidos com os testes podem ser melhor observados na tabela 3 abaixo:

TABELA 3: TESTE DE CORRELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS ABSTENÇÃO, VOTOS BRANCOS E VOTOS NULOS

Correlations*				
		<i>Votos_Nulos</i>	<i>Votos_Brancos</i>	<i>Abstencoes</i>
Votos_Nulos	<i>Pearson Correlation</i>	1,00	,19	,16
	<i>Sig. (2-tailed)</i>		,000	,000
	<i>N</i>	5568	5568	5568
Votos_Brancos	<i>Pearson Correlation</i>	,19	1,00	,11
	<i>Sig. (2-tailed)</i>	,000		,000
	<i>N</i>	5568	5568	5568
Abstencoes	<i>Pearson Correlation</i>	,16	,11	1,00
	<i>Sig. (2-tailed)</i>	,000	,000	
	<i>N</i>	5568	5568	5568

*Teste de Correlação entre as variáveis.

De acordo com a tabela 4 pode-se fazer uma análise descritiva do comportamento do eleitor levando em consideração os 5568 municípios brasileiros durante as eleições de

2016, nela podemos perceber que a média de comparecimento foi em torno de 86%, destes 92% foram representados pelos votos em algum candidato que se apresentou na disputa, ou seja, votos nominais. Quanto à abstenção, foi de apenas 14%, sendo pequena se comparada à média de comparecimento, já os votos brancos e nulos ficaram em menor porcentagem, sendo respectivamente (6% e 2%), o número de votos brancos foi superior aos nulos e isso pode ser devido à existência da tecla em branco na própria urna eletrônica, fato que facilita a operação pelo eleitor.

TABELA 4: ANÁLISE ESTATÍSTICA QUANTO À ALIENAÇÃO ELEITORAL NOS MUNICÍPIOS DO BRASIL EM 2016

Valid cases = 5568; cases with missing value(s) = 0.*					
<i>Variável</i>	N	Média	Std Dev	Mínimo	Máximo
Nulos	5568	6%	8%	,00	,77
Brancos	5568	2%	2%	,00	,86
Nominais	5568	92%	10%	,05	,99
Abstenção	5568	14%	6%	,02	,35
Comparecimento	5568	86%	6%	,65	,98
n_cand	5568	2,99	1,40	1,00	16,00

*Estatística descritiva dos dados obtidos.

CONCLUSÃO

Conforme foi discutido acima, pôde-se concluir que o fenômeno da alienação eleitoral caracteriza-se por apresentar multicausalidade, não sendo possível determinar uma única variável como responsável pelo aumento ou diminuição da mesma. Além disso, apesar de existirem várias linhas de pensamento que buscam compreender o comportamento do eleitor, em especial em relação ao eleitor brasileiro, nenhuma delas conseguiu explicar todos motivos que levam o mesmo a abster-se ou optar pela participação.

Quanto à alienação, as variáveis devem ser trabalhadas de forma separadas, conforme afirma a maioria dos autores que discutem esse tema, necessitando por isso, dividir as variáveis em duas partes, taxa de abstenção de um lado e taxa de votos brancos e nulos de outro, pois os motivos causais de tais comportamentos são distintos. Consoante a isso, ao analisar, a abstenção é necessário levar em consideração as regras que determinam o comportamento dos indivíduos, principalmente, quanto ao caráter obrigatório do voto, na medida em que este tem um forte impacto no comparecimento dos eleitores durante as eleições.

Quanto à existência de candidaturas únicas, percebeu-se que as regras eleitorais tem uma forte contribuição para a existência desse fenômeno, na medida em que não estabelece a obrigatoriedade de existência de no mínimo dois candidatos na disputa pelo cargo Executivo municipal, além disso, a regra da maioria simples limita ainda mais a decisão do eleitor, já que a adoção da mesma em casos de municípios com candidatura única e baixo quantitativo eleitoral (inferior a 200 mil eleitores) torna possível a vitória do único candidato com apenas um voto válido. Além disso, as coligações também contribuem para a existência de eleições sem competidores, pois, na maioria dos casos, os candidatos uniram-se em coligações partidárias com o intuito de angariar o maior número de votos e porque não eliminar a existência de concorrentes durante o pleito eleitoral em tais contextos.

Quanto às características socioeconômicas dos municípios analisados e que apresentaram eleições não competitivas, observou-se que, na maioria dos casos, são municípios com baixo quantitativo eleitoral (em geral até 5000 eleitores); quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano do Município- IDHM (ano 2010) os municípios se encontram com IDHM entre médio (0,5 a menos 0,7) e alto (0,7 a 1). Quanto à distribuição da população pelo grau de urbanização, 55 (57,89%) dessas cidades possuem grau de urbanização superior a 50%; 33 (34,73%) cidades possuem menos de 50% da população residindo na zona urbana. Não foram encontradas informações de 7 (7,36%) cidades objeto dessa pesquisa.

De acordo com os dados coletados sobre as taxas de abstenção, comparecimento, votos brancos e nulos, ao analisar sua evolução nos municípios com candidatura única observou-se que houve uma redução na média de comparecimento no pleito de 2016 se comparado com 2012 e 2008; quanto à abstenção, votos brancos e nulos verificou-se que houve um aumento nos locais analisados durante as eleições de 2016, ano em que houve apenas um candidato à disputa, se comparado aos dois pleitos anteriores (2012 e 2008).

Com base nos testes feitos entre as variáveis que compõem a alienação eleitoral envolvendo todos os municípios com 1 candidato e municípios com 2 ou mais, concluiu-se: no teste “t de *Student*” a média de abstenções entre os dois casos é bastante parecida 13% e 14%, mas de brancos e nulos são bem diferentes (12% de brancos para municípios com 1 candidato e 2% para mais candidatos) e o mesmo acontece com nulos (15% versus 6%). No entanto, isso não é suficiente para afirmar que as médias são diferentes, porque o N é diferente para os dois grupos. O resultado do teste é que podemos afirmar que as médias de brancos e nulos nos dois casos de municípios analisados de fato são diferentes, enquanto que não podemos aceitar isso quanto à abstenção. Isso pode ser lido a partir da significância. Em nulos e brancos o p-valor é menor do que 0,05.

De acordo com o teste de correlação envolvendo as três variáveis de análise (abstenção, votos brancos e nulos) entre os municípios brasileiros com 1 e aqueles que

apresentaram 2 ou mais candidatos, conclui-se que as correlações entre as variáveis analisadas são significantes ($p < 0,005$), mas elas são correlações fracas, ou seja, não podemos dizer que os votos nulos e brancos correlacionam entre si, nem que os votos brancos e nulos correlacionam com as abstenções.

Portanto, em decorrência da complexidade do fenômeno aqui abordado é essencial um maior aprofundamento sobre essa temática, não apenas pela excepcionalidade do fenômeno, mais também com intuito de conhecer de forma mais aprofundada os fatores que contribuem para a existência desse tipo de acontecimento que desafiou os princípios básicos da democracia e para melhor compreender as consequências do mesmo para o comportamento eleitoral, bem como para a própria legitimidade o processo de escolha dos representantes e funcionamento do regime democrático representativo.

REFERENCIAS

BLAIS, André et al. Where does turnout decline come from? **European Journal of Political Research**, v.43, 2004, p.221-236.

BORBA, Julian. As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil. **Revista Debates**, n. ?, v.2, p. 134-157, 2008.

BRASIL, **Lei 9.504**, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>. Acesso em: jun. 2107.

BRASIL, **Portal Meu Município**. Disponível em: <https://meumunicipio.org.br/>. Acesso em janeiro 2018.

CAVALCANTE, Pedro. Vale a pena ser um bom prefeito? Comportamento eleitoral e reeleição no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v.21, nº 1, p.87-104, 2015.

COSTA, Homero de Oliveira. **Alienação eleitoral no Brasil: uma análise dos votos brancos, nulos e abstenções nas eleições presidenciais (1989-2002)**. 2006. 239 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). PUC, São Paulo-SP, 2006.

DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 2012.

DAMIN, Cláudio Júnior. O fim da incerteza e a certeza da vitória: eleições majoritárias municipais com candidato único no Rio Grande do Sul em 2008. **Pensamento Plural**, n. 11, p. 107-130, 2012.

DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto: Democracia e Racionalidade**. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS, 1991.216 p.

FIGUEIREDO, Marcus Faria. A decisão do voto. **Revista Compolítica**, n. 4, v. 1, ed. Jan-Jul., 2014.

IBGE/CENSO/BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico brasileiro 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>. Acesso em: jun. 2017.

KELLSTEDT, Paul M.; WHITTEN, Guy D. **Fundamentos da Pesquisa em Ciência Política**. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2015.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. Alienação eleitoral e seus determinantes: nota de pesquisa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.14, 1990, p. 68-72.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil et al. Articulação de interesses, posição socioeconômica e ideologia: as eleições de 1976 em Niterói. In: REIS, F. W. **Os partidos e o Regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, p. 99-153, 2009.

MAGALHÃES, Pedro C. Desigualdade, desinteresse e desconfiança: a abstenção nas eleições legislativas de 1999. **Análise Social**. v.25, 2001, p 1079-1093.

NICOLAU, Jairo. A participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro. In: **VIII Congresso Luso-Afro- Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, set. 2004.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas eleitorais**. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PEDERSEN, Eva Falk; DASSONNEVILLE, Ruth; HOOGHE, Marc. The Effect of Alienation and Indifference toward the Party System on Voter Turnout: A comparative analysis. **13th Belgian-Dutch Political Science Conference**. Maastricht, June, 2014, p1-29.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Portugal: Gradiva, 2005.

REBELLO, Maurício Michel; DAMIR, Cláudio Júnior; MARTINS, Leonardo Teixeira. Driblando a incerteza eleitoral: candidaturas únicas a prefeito no Brasil em 2012. In: **I Seminário Internacional de Ciência Política**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Set. 2015.

ROUSSIAS, Nasos. **Turnout in the Early Elections of the New Democracies: The Effects of Pre-Democratic Experiences and Party System Evolution**. University of Sheffield, September, 2012, p1-37.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Crise e castigo**. Rio de Janeiro: Vértice, 1987.
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL -TSE. **Estatísticas eleitorais**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2016/candidaturas>. Acesso em: 17 mai. 2017.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL-TSE. **Repositório de Dados eleitorais: Detalhe município votação por zona eleições de 2016**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>, acessado em: 28/05/2018.

VICTORINO, Acrísio Pereira et al. Geografia da Alienação Eleitoral em Moçambique. **9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política**, ALACIP(org.), Montividéu, Julho, 2017, p1-20.